

## CORPOS, ESCOLA & SEXUALIDADES: UM OLHAR SOBRE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

Paulo Melgaço da **Silva Junior** – UERJ

Ao desessencializar os desejos de qualquer tipo, ao compreendê-los como estando sempre em construção, ao desestabilizar a posição da heterossexualidade como matriz, ao despatologizar a homossexualidade, ao contemplar a natureza discursiva e mutável das sexualidades, e ao não defender nenhum desejo sexual em especial como legítimo e hierarquicamente superior ao outro, há nessa visão a possibilidade de re-descrição/desnaturalização da vida social.

(Moita Lopes, 2008, p.144)

### Introdução

O final da década de 1970 e o início dos anos 80 foram marcados pelo restabelecimento da democracia, pela anistia, pela abertura política e pelo fim da ditadura. Diversos/as intelectuais exilados/as retornaram ao país e, em conjunto com os/as que aqui estavam, começaram a reivindicar maior espaço público para discussões sobre corpo, sexualidade, gênero, entre outros temas. Em função deste momento social, tomaram corpo os estudos de gênero, etnia, classe social e sexualidade, que se iniciaram nas décadas de 1960 e 1970, com base nos estudos sobre mulheres e suas ações sociais (Louro, 1995). Assim, inspirados nos grupos feministas que lutavam para ocupar seu lugar social, em 1978, os/as homossexuais criaram a primeira associação gay no Brasil – SOMOS – marcando o início da luta pelo reconhecimento social de suas identidades sexuais.

Contudo, segundo Trevisan (2002), um dos responsáveis por dar visibilidade à causa homossexual foi o vírus da Aids, que:

realizou em alguns anos a proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que o homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está próximo de qualquer cidadão comum (p.462).

Surgiram diversas alianças baseadas em sentimentos de solidariedade que uniram sujeitos, parentes, amigos/as, não necessariamente homossexuais, discutindo normas de sexo seguro e cuidados preventivos, além de mostrar à sociedade novas formas de vivenciar a sexualidade, os desejos e o prazer. Torna-se relevante destacar que, ao mesmo tempo, a doença, considerada como “câncer gay”, e a visibilidade homossexual desencadearam um

sentimento homofóbico em inúmeros indivíduos. Assim, questões relacionadas à sexualidade nunca foram levantadas tão vividamente como nas discussões da Aids.

Essa nova política influenciou diretamente a educação. As escolas não ficaram fora deste processo, foram conclamadas a participar e com isso, intensificaram as preocupações em falar de sexo, sexualidade, gravidez indesejada, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, homofobia, AIDS, entre outros. Um dos pontos positivos foi à preocupação com a educação sexual nas escolas, incluída na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996. Para garantir e auxiliar o desenvolvimento das disciplinas indicadas pela LDB, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, entre outras indicações, apresentavam a orientação sexual como um dos temas transversais a serem tratados interdisciplinarmente nas escolas, de maneira que conteúdos, objetivos, visões de mundo e concepções pudessem ser trabalhados por todas as disciplinas.

Em Duque de Caxias, para auxiliar o desenvolvimento do Programa de Orientação Sexual pelas escolas, a Secretária Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde criou o Projeto “Saúde nas Escolas” que oferece atendimento e desenvolve programas de apoio à comunidade escolar. É um trabalho em conjunto, envolvendo a educação e a saúde do/a estudante e da família. Durante o planejamento do projeto, a equipe responsável procurou seguir as indicações preconizadas pelas Diretrizes do Plano Nacional de Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos Humanos e LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases). Desse modo, as diversas questões apresentadas nas oficinas constam de propostas inseridas nos temas transversais. Em seu conjunto, o Programa oferece diversas oficinas para os/as alunos/as das escolas da rede municipal e cursos de formação continuada para professores/as. A proposta central é difundir o conhecimento sobre o corpo e a saúde no ambiente escolar, para que além dos/as professores/as, os/as jovens estudantes se tornem multiplicadores/as entre as famílias e a comunidade em geral.

Assim, neste artigo apresento os resultados da pesquisa realizada durante o mestrado em educação na UERJ/FEBF, no qual procurei investigar como se desenvolve o programa de orientação sexual em uma escola municipal de Duque de Caxias, atendida pelo projeto “Saúde nas Escolas”. O objetivo geral do estudo foi investigar como questões relativas à sexualidade, principalmente as que visam o conhecimento do corpo, dos desejos,

do prazer e das diversas identidades sexuais, são abordadas no projeto pedagógico e na prática pedagógica da escola.

O presente estudo está organizado da seguinte maneira: Na primeira seção apresento uma breve reflexão sobre a escola como espaço para discussão de sexualidade. Em seguida apresento a escola municipal e os principais resultados da análise do programa de orientação, para encerrar apresento algumas considerações.

Para desenvolver esta pesquisa busquei como objeto de análise uma escola que estivesse trabalhando e apresentando resultados positivos em relação ao desenvolvimento do programa de orientação sexual. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa com base em levantamento de dados e observação. A geração de dados se fez por meio de análise documental, entrevistas, questionário, observação e grupo focal. Levantei opiniões de 3 implementadoras, 3 responsáveis por ministrar oficinas, 2 orientadoras educacionais, 1 diretora de escola, 8 professores/as e 6 alunos/as.

#### **- Escola como espaço para discussão sobre sexualidade**

A escola representa um local de significativa importância na construção da sexualidade dos/as estudantes. Ela constitui o primeiro centro social fora do núcleo familiar, onde a criança poderá colocar em questionamento ou confirmar todas as informações e visões de mundo ensinadas pelos familiares. Segundo Moita Lopes (2002), “os significados construídos na escola sobre a vida social, paralelamente a outros significados a que somos expostos em outras práticas discursivas das quais participamos, desempenham um papel central na legitimação das identidades sociais” (p.59).

A educação se dá com base em discursos de “verdades”. Nela se confrontam relações de poder, relações culturais, de conhecimentos, entre outras. Conforme Sarup (apud Moita Lopes, 2002) “as escolas, por exemplo, determinam em grande parte não somente o que as pessoas fazem como também quem são, serão e podem ser” (p.91), tendo também a função de “legitimar ou recusar essas identidades, entre outros significados previamente construídos” (Moita Lopes, 2002, p.204).

Quanto à sexualidade na escola, Aquino (1997) argumenta que sexo e escola configuram um campo de tensão, instabilidades e de acentuado mal-estar. Para algumas pessoas, a escola deve ser um espaço neutro, onde não cabe a discussão sobre sexualidade. Pinto (1997) acrescenta que “uma observação no cotidiano escolar indica que a instituição escolar entre nós, de maneira geral, é tão hostil às manifestações de individualidades quanto às da sexualidade” (p.49). No entanto, ao mesmo tempo em que tenta ignorar determinados acontecimentos do cotidiano, a sexualidade se torna “um fantasma que ronda as cercanias e os interiores da escola e da sala de aula” (Guirado, 1997, p.25). Tais questões invadem esse espaço nas pichações, na gravidez das adolescentes, na mídia, nas piadas, nas brincadeiras, na homofobia, na misoginia, entre outros.

Com isso, a escola se torna um local privilegiado para que meninos e meninas aprendam as possibilidades de ser masculinos e femininos. É nessas instituições que as relações de poder entre homens e mulheres, meninos e meninas se dão com grande intensidade, pelo discurso e por práticas de regulação de corpos e desejos. Segundo Miskolci (2005), “as preferências são construídas e a escola tende a contribuir para que elas sigam o padrão socialmente imposto do que seria certo ou errado, aceitável ou passível de rejeição” (p.14). Assim, constroem-se homens e mulheres de acordo com um padrão pré-estabelecido e rejeitam-se aqueles/as que fogem à norma. A escola é um dos mais perversos espaços para que uma criança de inclinação do desejo sexual diferente da hegemônica (heterossexual) possa assumir sua sexualidade (Britzman, 1996, 2001; Sullivan, 1996).

Ao adotar o modelo binário de gênero e sexualidade homem/mulher e defender papéis sociais e sexuais naturalizados de gênero, em que o homem deve ser bruto e a menina delicada e comportada, a escola acaba por ocultar, silenciar e marginalizar sexualidades alternativas. A depreciação de gays e lésbicas se dá primeiramente por meio do policiamento de gênero. A discriminação ocorre porque a escola participa da rejeição daqueles que vivem masculinidades (ou feminilidades) de formas diversas das hegemônicas, o que contribui para que, tais sujeitos, não sejam reconhecidos como homens e mulheres de verdade (Miskolci, 2005).

Podemos considerar o sistema educacional como um dos principais responsáveis pela “perpetuação da homofobia”, conforme Sullivan (1996) argumenta “nenhuma criança

homossexual, [...], se sentirá à vontade no seu mundo sexual e emocional” (p.19), ao ser reconhecida como a diferente. No momento em que a escola adota uma ideologia heterossexista, seja pela negação da homossexualidade ou pelo silêncio, aquela criança que aprendeu em casa que a homossexualidade é um “pecado”, uma “anormalidade” ou um “erro”, crescerá acreditando na veracidade dessa informação, e dependendo da forma como encaminhará sua inclinação sexual em sua fase adulta, o significado dessa construção social poderá ser desastroso.

Esse conflito e falta de informações sobre identidades sexuais, dependendo da faixa etária do/a garoto/a, pode acarretar outros problemas, segundo a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) “7% dos suicídios cometidos por adolescentes e jovens estão relacionados com conflitos de identidade sexual” (Andi, 2002).

A sala de aula deveria ser um centro negociador e legitimador de novas identidades, uma arena de conflitos e lutas onde alunos/as, professores/as, bem como a comunidade escolar como um todo, pudessem discutir, negociar e compreender os conceitos de diversidade e diferença. Deve, ainda, ser um espaço apropriado para a educação em uma sexualidade livremente exercida. Porém, segundo Moita Lopes (2002) o/a professor/a tem o poder de “controlar os limites entre a sexualidade e o gênero” (p.155), dentro do espaço escolar. Uma vez que os/as mestres são considerados/as como referência e possuem sua autoridade reconhecida e legitimada pela comunidade, sua opinião pode ser vista como “a verdade”. No entanto, os/as professores/as têm tido dificuldade em lidar com a pessoa de comportamento de gênero diferente do que se espera, fazendo com sejam ignoradas e/ou repudiadas nas salas de aula quaisquer manifestações de sexualidades que não sejam as heterossexuais.

Neste contexto, hooks (2001) aborda a dificuldade que certos docentes possuem em tratar a sexualidade em salas de aula. Afirma que:

Treinadas no contexto filosófico do dualismo metafísico ocidental, muitas de nós aceitamos a noção de que há uma separação entre o corpo e a mente. Ao acreditar nisso indivíduos entram na sala aula para ensinar como se apenas a mente estivesse presente, e não o corpo (p.115)

A autora ressalta a influência que o pensamento judaico-cristão exerce em nossa sociedade, ao renunciar aos prazeres do corpo e a dicotomizar corpo/mente e espírito/carne. Nesse sentido, ao negar a importância do corpo na sala de aula, os/as professores/as acabam por negar desejos, prazeres e necessidades. Assim, transformam as discussões sobre

sexualidade em “uma linguagem didática, explicativa e, portanto, dessexuada” (Britzman, p.90, 2001).

Esses fatos reforçam a necessidade de a escola pensar/repensar a construção de um programa de educação que atenda e valorize todas as formas de expressão da sexualidade.

## **Análise e discussão**

### **A Escola e o Programa de Orientação Sexual**

O programa de Orientação Sexual desenvolvido pela Escola Nós do Morro<sup>1</sup> é dirigido, trabalhado e conduzido pela equipe pedagógica<sup>2</sup>, desenvolvido, sistematicamente com as turmas de 8ºano, em encontros semanais. Os demais anos recebem atenção esporádica e a discussão fica a cargo dos/as professores/as que desejarem fazê-la, em seus horários de aula. Destaco que a equipe educacional tem participado de todas as oficinas e cursos de formação continuada promovidos pela SME desde 2003.

A escolha do 8º ano para o trabalho sistematizado, segundo a orientadora educacional, se deu por vários motivos. Os principais são: a faixa etária dos/as alunos/as que, supostamente, precisariam de mais atenção e a conclusão de uma pesquisa de observação informal realizada pela equipe de direção, que ressaltou, nessa faixa etária, presenças mais frequentes de gravidez indesejada, homofobia, descoberta ou assunção da homossexualidade.

Nos anos de 2005, 2006 e 2007 a Escola Municipal Nós do Morro recebeu e participou do projeto “Saúde nas Escolas”. No último ano, 2007, as oficinas e palestras recebidas foram: DSTs/AIDS, Sexualidade, Homofobia. A Orientadora Educacional explicou que procura variar ao solicitar as palestras, levando sempre em consideração a disponibilidade de horários, o nível da turma e os fatos acontecidos. Exemplificou que, naquele ano, solicitou a oficina/palestra sobre homofobia porque estavam se acentuando na escola casos como o de uma aluna que havia sido rotulada pelos colegas como “sapatona”.

---

<sup>1</sup> -Nome fictício. Escola localizada na periferia da cidade.

<sup>2</sup> A equipe é formada por uma orientadora educacional e uma orientadora pedagógica.

Nessa perspectiva, é importante conhecer as expectativas e propostas das implementadoras<sup>3</sup>. A equipe destacou que as discussões sobre sexualidade são pautadas seguindo-se o viés do direito do/a aluno/a como direito humano. Assim, ao desenvolver o programa são levados em consideração o direito à informação crítica e consciente, o direito à saúde, o direito de escolha, o direito de viver sua sexualidade (Britzman, 2001a). O programa desenvolvido pela SME valoriza a luta em prol da cidadania (Ceccarelli, 2003), do reconhecimento e valorização das diferenças.

“Sempre levamos em consideração os direitos individuais, direito a uma educação de qualidade. E quando se fala em direito destacamos a qualidade desse direito, então você fala em prevenção das DSTs, do direito de uma escolha consciente, do direito de dizer sim ou não, do direito sobre o corpo. Você fala de homofobia, da obrigação de respeitar o outro. Ao falar do respeito ao outro, falamos da importância de reconhecer as diferenças”.  
(Ana, implementadora)

A proposta de se trabalhar as diferenças remete à relação entre diferença e identidade. Conforme Silva (2000) identidade e diferença são indissociáveis. Assim, a preocupação em se trabalhar temas como homofobia e reconhecimento do outro acentua a importância de se discutir questões relativas às identidades sociais e sexuais produzidas com base nas relações de poder, na representação e na diferença.

A fala da implementadora, também, mostra como o projeto tenta atender aos PCN (1998), ao buscar contribuir para o conhecimento e a valorização dos direitos sexuais dos/as alunos/as, trazendo à tona conteúdos abordam relações entre gêneros, prevenção de doenças e o estudo do corpo como matriz de sexualidade.

Na visão das implementadoras, o primeiro objetivo a ser desenvolvido pelo projeto de orientação sexual é apresentar e discutir as múltiplas possibilidades de sexualidade, as diversas identidades sexuais, para, então, discutir os elementos relacionados à saúde e o prazer: “Aqui, sexualidade, saúde, direito e prazer caminham juntos” (Ana, implementadora). De acordo com essa proposta as experiências cotidianas são discutidas e apresentadas nas salas de aula, sendo questionadas e problematizadas, para que novas possibilidades de construção das identidades se façam viáveis. Assim, os/as alunos/as, certamente, poderão descobrir e reconhecer que as sexualidades são frutos “de um conjunto complexo de processos sociais, culturais e históricos” (Rolland, 2003, p.115).

Ao se apropriarem das leis que reconhecem os direitos dos/das alunos/as de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e a saúde, a proposta do projeto acaba por

---

<sup>3</sup> Profissionais responsáveis pelo planejamento do projeto.

oferecer, principalmente aos/às alunos/as vulneráveis à violência homofóbica, mecanismos de luta, resistência e reconhecimento de suas identidades. Nessa perspectiva, com base nos discursos que propõem a visibilidade das identidades homossexuais e bissexuais, que aceitam as diversas masculinidades e a pluralidade das sexualidades, os diversos sujeitos sociais podem ser “sujeitados ao discurso e eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios” (Woodward, 2000, p.55). Paralelamente são discutidas as possibilidades e a importância do cuidado com o corpo e preservação da saúde.

No caso da Escola Municipal Nós do Morro, o projeto de orientação sexual aparece descrito no projeto político-pedagógico. Nesse texto podemos ler: “pretendemos ultrapassar a visão limitada de que orientação sexual é falar de doenças e métodos contraceptivos de patologia sexual. O que se quer com este projeto é tratar das dimensões afetiva, prazerosa, ética e criativa da sexualidade humana”. Acredito que, embora seja utilizado o termo orientação sexual, a proposta enfatizada pela escola pode ser considerada como uma proposta de educação para sexualidade, por refletir os prazeres e os desejos e temáticas diversas que vão além do viés biologizante (Felipe, 2007).

Apesar de a escola ser considerada, de modo geral, como “uma das agências principais de (re-)produção e organização das identidades sociais de forma generificada, sexualizada e racializada” (Moita Lopes 2008, p.127), pode, em casos específicos, como na Escola Nós do Morro, propor uma visão mais ampla da sexualidade. Isso significa romper com as possibilidades de naturalização e cristalização das identidades sociais, de gênero e sexuais e apresentar novas possibilidades de discussão. Ressalto que este estudo, não incluiu como seu objeto questões relativas à raça.

O programa conta com a participação de docentes e discentes para a sua realização. A participação é facultativa e por adesão. Os/as alunos/as são convidados/as a assistirem aos primeiros encontros e continuam de acordo com seus interesses e suas expectativas. Em um primeiro momento, é enviada uma carta aos pais e mães com informações sobre o projeto, sua importância e pedindo autorização para que os/as filhos/as possam participar.

Após a autorização dos/das responsáveis, o trabalho começa com uma caixa de curiosidades, na qual os/as alunos/as, autorizados/as pelos/as responsáveis, colocam suas



dúvidas e seu interesse no programa. Nessa caixa aparecem perguntas que remetem a diversos assuntos como: melhor momento para engravidar, métodos anticoncepcionais, homossexualidade, namoro, masturbação, prazer, entre outros. Essas afirmativas mostram que a escola busca atender às indicações dos PCN (1998), ao comunicar às famílias o trabalho a ser desenvolvido e, ao mesmo tempo, convidá-las a integrar o projeto.

No que se refere à atuação dos/das alunos/as, durante o período de observação, pude notar que cerca de 23 alunos/as por turma participavam dos encontros, ou seja, uma média de 85% da turma. Uma boa parte da turma se mostrava bastante colaboradora e interessada.

Os/as alunos/as que participaram do grupo focal se mostraram bastante interessados/as com o desenvolvimento do projeto e o avaliam de maneira bastante positiva.

“Eu acho que é importante, porque eu falava que sabia das coisas, mas não sabia e agora eu estou aproveitando bastante essas aulas”. (Edgar – 15 anos grupo focal.)

“As aulas de sexualidade são muito importantes para nós, porque aprendemos coisas que não conversamos com ninguém, só com os colegas da nossa idade.” (Edilson - 13 anos grupo focal)

“Nas aulas, nós falamos sobre adolescência, virgindade, gravidez, uma série de assuntos. Lá nós podemos falar e perguntar muitas coisas e os outros não ficam de zuação porque todo mundo pode tirar suas dúvidas”. (Elaine - 13 anos grupo focal)

A participação do corpo docente no projeto de Orientação sexual é de suma importância, pois eles/as são considerados/as como referência para os/as alunos/as. Seus discursos podem contribuir para a manutenção das estruturas de poder ou para abrir novas perspectivas e novas formas de pensar em relação às sexualidades.

Trazer essas discussões para a sala de aula não é uma tarefa fácil. Alguns/mas professores/as acreditam que sexualidade deve ser discutida em espaço privado (hooks, 2001), outros/as possuem dificuldade em lidar com pessoas de comportamento de gênero diferente do que se espera, outros/as são influenciados/as por seus próprios preconceitos. A falta de conhecimento sobre o assunto e todas essas dificuldades pode tornar os encontros de sexualidade repetições de aulas expositivas, com receitas e regras sobre o corpo e assim afastar os/as alunos/as das discussões (Britzman, 2001).

Na Escola Municipal Nós do Morro o questionário respondido pelos/as professores/as mostrou que todos/as conhecem o projeto e que alguns/mas continuam a discussão dos temas em suas disciplinas. Em seus relatos eles/as afirmaram:

“Tento, em minhas aulas, abarcar não somente os processos fisiológicos, referentes ao modelo biomédico em saúde, ultrapassado e reducionista, levar em consideração a “orientação sexual” como uma oportunidade de educar em saúde, visando aumentar as condições dos adolescentes em tomadas de decisões, diminuindo a vulnerabilidade social. As ações empreendidas tentam fortalecer as tomadas de decisões, considerando a busca pelo prazer e o conhecimento do seu corpo. Valorizam princípios gerais e pessoais que devem ser resguardados (íntimos). Assim, a disciplina tenta fomentar discussões e conclusões, evitando questões do tipo certo X errado, valorizando a fala dos alunos e apresentando os consensos científicos, tanto do ponto de vista das ciências naturais, quanto das sociais e humanas”. (Professor Dilermano - Ciências)

“Através da abordagem de temas relacionados à sexualidade contidas em tópicos como: densidade demográfica, urbanização, nível de fecundidade, renda per capita, etc. Esses tópicos, quando estudados, deixam clara a ligação entre estratificação social e o nível de conhecimento acerca de questões relacionadas à sexualidade, assim como as ações oriundas desses conhecimentos são determinantes na futura vida profissional/afetiva de nossos jovens”. (Professor Denis - Geografia)

Estes relatos ilustram as propostas contidas nos PCN (1998) que o processo de orientação sexual nas escolas deve ser construído e aplicado por todos professores/as de todas as disciplinas, assim se desenvolve uma educação para sexualidade além dos limites da prevenção da gravidez ou de DST/AIDS (Felipe, 2007).

Os/as docentes normalmente recebem informações e discutem sobre o andamento do projeto durante as reuniões mensais de grupo de estudos. É nesse momento que também recebem e usam algum material de apoio (textos, vídeos) e podem trocar experiências.

“Em toda reunião de grupo de estudos, reservamos alguns minutos para conversamos sobre o projeto ou apresentar um tema relativo à sexualidade. Sempre tentamos apresentar uma matéria de jornal, um texto, com objetivo de tentar trazer essa discussão para as salas de aula. As vezes surte efeito, as vezes não. Pelo menos é a única maneira de deixar todos professores informados sobre o que está acontecendo na escola” (Carla - durante conversa informal com a orientadora educacional, enquanto preparavam a pauta para a reunião do grupo de estudos que aconteceria na semana seguinte – Caderno de notas – Duque de Caxias, 13 de junho de 2008)

As discussões ocorridas durante os grupos de estudo acabam por constituir um espaço de aprendizagem para os/as professores/as. Acredita-se que os conceitos discutidos nesses momentos irão ser acrescidos nos currículos de suas disciplinas.

Todo esse trabalho desenvolvido pelos/as docentes segue respaldo legal e busca atender determinações da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9394/96. Os PCN, instituídos em 1998, constituem o primeiro grupo de documentos oficiais que legitimam a discussão sobre sexualidade no ambiente escolar. Os temas transversais indicam aos/as professores/as alguns caminhos possíveis para trabalharem essas questões em sala de aula. Assim, a leitura desses documentos deve fazer parte do cotidiano dos/das professores/as, que estão envolvidos/as no processo de orientação sexual na escola. Quanto ao fato de já terem lido

os PCN de orientação sexual, dos/das 8 professores/as que responderam ao questionário, 5 afirmaram que já leram as propostas em pauta.

No mesmo questionário, foram sugeridos alguns temas, indicados pelo PCN como relevantes para serem trabalhados em sala de aula por todas as disciplinas. Foi solicitado aos/às professores/as que relacionassem os temas que abordam em suas aulas. O resultado foi o seguinte:

Tema	Disciplinas que afirmam abordá-lo
Gravidez na adolescência	Português, História, Artes, Ciências, Geografia
Aborto	História, Ciências, Geografia
DST	História, Artes, Ciências
AIDS	História, Ciências, Geografia
Homossexualidade	História, Ciências, Português
Virgindade	História, Ciências, Geografia, Português
Namoro	Português, História, Inglês, Ciências
Sexo e prazer	História, Inglês, Ciências

É importante levar em consideração que os temas considerados polêmicos pelo PCN (Homossexualidade, aborto, sexo e prazer) foram destacados por professores/as de diversas disciplinas. Esse é um dado relevante, pois, segundo Weeks (2001), é nessa faixa etária, 12 a 15 anos, que acontece a sensibilização e a significação da sexualidade no jovem, além da conscientização de seus desejos homoeróticos (ANDI, 2002).

Outro item relevante que deve ser destacado, é o fato de docentes de três diferentes disciplinas assinalarem que discutem o tema sexo e prazer em suas aulas. Ao discutir o sexo ou o corpo como elemento de prazer, certamente o/a docente estará ampliando os limites da biologia e enfatizando o corpo enquanto construção social inserido e diferenciado por meio da sociedade e da cultura. Os/as alunos/as percebem claramente o desenvolvimento dessa discussão sobre sexo, corpo e prazer em sala de aula, conforme relatos abaixo:

“A professora de artes na semana passada falou das diversas maneiras das pessoas se relacionarem com o corpo e como cada pessoa busca diferentes formas de trabalhar, apreciar o outro e de sentir prazer com o outro”. (Edgar 15 anos, grupo focal).

“Quando o professor de ciências trouxe a reportagem sobre a mulher que assumiu a forma masculina e depois resolveu engravidar, falou muito sobre a possibilidade de buscar o prazer de diversas maneiras e mostrou que uma família pode ser formada de várias maneiras: um homem e uma mulher, duas mulheres ... do jeito que as pessoas quiserem, igual aos da novela”. (Emilia, 14 anos, grupo focal).

Torna-se relevante destacar que duas disciplinas, matemática e educação física, não aparecem no quadro acima. Os/as docentes responsáveis por elas afirmaram não terem lido os PCN; assim não desenvolvem discussões sobre os temas. Em conversa informal os/as docentes, afirmaram:

“O currículo de matemática não permite a entrada destes assuntos, não tem como trabalhar isso. Sinceramente, não me interessa por essas discussões. Não atrapalho, mas também não participo. Prefiro ficar na minha, ensinando matemática que foi o que eu estudei. Se um dia um aluno me procurar, converso com ele, tudo bem, mas fora da sala de aula. Sala de aula é para estudar... e matemática, no meu caso”. (professor Danilo - matemática).

“Eu sou nova na escola, é a primeira vez que trabalho com essas turmas. Então, deixo para os mais antigos. Eles já fazem isso há mais tempo e têm experiência”. (professora Dinair - educação física).

As falas do professor e da professora mostram que alguns/mas professores/as acabam por ignorar o corpo em suas aulas, preocupando-se apenas com o cognitivo (hooks 2001) e com o corpo tratado na ótica da educação física tradicional. Sendo assim, eles/as acabam por construir uma barreira de silêncio (Louro, 1995), o que faz com que favoreçam o desconhecimento.

Um outro olhar sobre as falas deste/a professor/a pode revelar também que a não participação no projeto pode cumprir o papel de garantir o discurso de preservação da sexualidade dada e natural (Butler, 2003) e reforçar a preocupação em disciplinar a sexualidade dos alunos/as. A não discussão ou problematização desses temas, independente do motivo, acaba por naturalizar a heterossexualidade e a masculinidade (Frank, apud, Rolland, 2003), ao mesmo tempo em que reforça o discurso do empenho da escola em produzir homens e mulheres que correspondam às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade (Louro, 2001a). Essa atitude pode revelar o engajamento

ativo, consciente ou não, deste/desta profissional na ideologia heterossexista (Rolland, 2003).

Contudo, os/as alunos/as percebem a diversidade de temas relativos à sexualidade que alguns/mas professores/as trazem para discutir em suas disciplinas, durante as aulas:

“A professora de história conversou com a gente sobre a AIDS, como ela está desenvolvendo entre os jovens no Brasil e a importância de transar de camisinha, para não ficar doente”. (Elaine - 13 anos grupo focal)

“Tem também a professora de português, ela sempre traz alguns livros para gente ler.... e sempre aparecem alguns que falam sobre estes assuntos. Tinha um que contava a estória de um rapaz que se apaixonava pelo melhor amigo, outro da menina que ficava grávida... Não é todo mundo que lê... mas quem quer ler é só pegar” (Elaine - 13 anos grupo focal)

Como essa resposta despertou interesse, acreditei ser importante conversar com a professora para conhecer essa proposta. Ela explicou que uma vez por semana, normalmente terça-feira, ela coloca diversos livros em um carrinho (tipo de feira) e leva para as turmas. É o momento que ela apresenta os assuntos dos livros e discute curiosidades com o objetivo de tentar incentivar a leitura. Com base no projeto da escola, como trabalha com as três turmas de 8º ano, ela resolveu incluir no carrinho de feira livros como: *O portão do paraíso* e *O amor não tem sexo* de Gilselda Laporta Nicolis, *Garotas e garotos* de Januária Alves, *Eu Gosto tanto de você* de Leila Iannone, entre outros. Assim, ela participa do projeto e desenvolve seu trabalho ao mesmo tempo. Segundo a professora, alguns/mas alunos/as levam livros para casa, outros não se interessam: “É difícil [...] mas eu tento. Ler aqui na escola, como em todo lugar, não é a atividade predileta dos alunos”. (Professora Débora – português – conversa informal anotada no Caderno de notas, 09 de setembro de 2008).

É interessante essa proposta de participação dentro do projeto de orientação sexual. Ao incentivar a leitura e apresentar por meio dela diversas identidades sexuais e maneiras de se viver às sexualidades, essa professora está mostrando que as identidades são mutáveis, ambíguas e construídas de diferentes maneiras por meio de práticas discursivas. É relevante destacar como atitudes aparentemente simples podem abrir novos momentos de discussão e aprendizado.

Contudo, no caso específico da Escola Municipal Nós do Morro, o trabalho realizado tenta atender às solicitações e indicações do PCN, além de oferecer aos/as alunos/as possibilidades de reflexão e discussão sobre o tema. Assim, espero que esses

novos e pequenos significados que estão sendo construídos na escola sobre a vida social possam desempenhar um relevante e significativo papel no processo da legitimação de suas identidades sexuais (Moita Lopes, 2002).

### **Algumas considerações...**

A partir da discussão apresentada inicialmente, dos dados levantados na análise dos documentos, das entrevistas e observações, arrisco a afirmar que o programa desenvolvido pela Escola Municipal Nós do Morro utiliza os subsídios oferecidos pela SME e se apóia em discussões que visam oferecer aos/às estudantes possibilidades de refletir sobre o processo de construção das identidades sexuais e o exercício de suas sexualidades

No projeto “Saúde nas Escolas”, o corpo é visto e trabalhado a partir do respeito a si e ao outro, do conhecimento, do saber cuidar de si, da responsabilidade sobre os atos, da tomada de decisões da diversidade de desejos e do direito do outro. No entanto, deve-se deixar claro que o projeto, visto somente pela ótica da educação, não dá conta de todas as questões sozinho. A união dos/as profissionais de saúde e educação acontece com o objetivo de ampliar o leque de conhecimentos e de discussões e para poder levar para as escolas uma gama maior de questões. Assim, a proposta é oferecer uma continuidade, um reforço para o desenvolvimento de um programa que deve surgir na escola, por iniciativa de uma comunidade escolar em específico. Não se pretende substituir ou reduzir o papel da escola.

Como existe na unidade escolar um programa de orientação sexual, a escola se apropria de forma positiva e eficaz das oficinas oferecidas pelo projeto como uma maneira de ampliar as discussões e trazer a campo outras visões acerca dos assuntos tratados. Elas não são determinantes para o desenvolvimento do programa. As orientadoras educacional e pedagógica participam regularmente dos cursos de formação continuada oferecidos pelo projeto e utilizam os grupos de estudos que acontecem na escola para difundir e discutir as propostas com os/as professores/as e traçar as estratégias de desenvolvimento do programa.

Para finalizar, a utilização da epígrafe que inicia este trabalho não foi em vão. Trata-se da expectativa de que os programas de orientação sexual promovidos pelas escolas brasileiras possam se ampliar e romper com as amarras e os padrões impostos. Espera-se

que se possam vislumbrar novas perspectivas de discussão da sexualidade como construção social, em que a heteronormalidade seja desconstruída e a heterossexualidade seja vista apenas como um dos diversos caminhos e possibilidades. Assim, recorro a Louro (2004) para explicitar os meus pensamentos e minha proposta de desenvolvimento de um programa de orientação: não se trata de incorporar ao currículo um outro sujeito, mas de difundir a idéia de que se disponha de um corpo de conhecimentos mais ou menos seguro que possa ser transmitido. Trata-se de questionar as condições que permitem ou impedem o conhecimento.

#### Referências

ANDI. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Pautas e fontes para prevenção da gravidez e da Aids na adolescência*. Nº 12 - junho e julho 2001. Disponível em <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em 05 de dezembro de 2002.

AQUINO, Julio Groppa. (Org). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. *Educação e Realidade*, 21(1):71-96. jan./jun. 1996.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e cidadania democrática. Trad. Antonio Flavio Barbosa Moreira. In: Silva, Luiz Heron (org). *A Escola Cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis RJ: Ediiitora Vozes, 2001(a), p.33-47.

\_\_\_\_\_. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (org). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.83- 112.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subersão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CECCARELLI, Paulo Roberto. *A Construção da Masculinidade*. Disponível em: <<http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/aconstrucao.htm>>. Acesso em: 21/04/03.

FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para sexualidade. In: RIBEIRO, P. R.; SILVA, M; SOUZA, N; GOLNNER, S.; SOUZA, G.; (Orgs). *Corpo, Gênero, Sexualidade: Discurso, práticas educativas*. Rio Grande/RS: Editora FURG, 2007.

GUIRADO, Marlene. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, Julio Groppa. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p.25- 44.

hooks, bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira. Lopes. (Org). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - 2ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.113- 124.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade* – 20 (2): p. 101 – 132 jul/dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Segredos e mentiras no currículo. Sexualidade e Gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz Heron (org). *A Escola Cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2001(a), p.33-47.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer* – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.) *Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa & CANDAU Vera Maria. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ROLAND, Beatriz. A adolescência homoerótica no contexto escolar: uma história de vida. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família* – Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

SILVA, Tomaz.Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SULLIVAN, Andrew. *Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo*. Trad. Isa M. Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.



WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org) *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz Tadeu. da (Org.) *Identidades e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.